

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-295-1

DOI 10.22533/at.ed.951192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 4º volume, reuni o total de 23 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem educação, escola e sociedade, dança e desenvolvimento sociocultural, urbanização, memória e museu, inovação social, economia, habitação, arquitetura e identidade cultural, movimentos sociais dentre outros, que são temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 4º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE	
Lívia Salomão Piccinini Karla Moroso	
DOI 10.22533/at.ed.9511926041	
CAPÍTULO 2	25
A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA	
Kenia de Amorim Madoz Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9511926042	
CAPÍTULO 3	40
A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL	
Eduardo Fernandes Antunes Maria Aparecida Santana Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.9511926043	
CAPÍTULO 4	45
A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
Josélia da Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9511926044	
CAPÍTULO 5	59
ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO	
Hugo Pablo Lourenço Sapia	
DOI 10.22533/at.ed.9511926045	
CAPÍTULO 6	73
ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU	
Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa Daniel Maurício Viana de Souza Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9511926046	
CAPÍTULO 7	85
ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9511926047	
CAPÍTULO 8	90
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS	
Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro Cristienne Magalhães Pereira Pavez	
DOI 10.22533/at.ed.9511926048	

CAPÍTULO 9	104
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA	
Sandra Franco-Patrocínio Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.9511926049	
CAPÍTULO 10	131
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	
Daniela de Oliveira Massad Paulo César Lapolli Felipe Kupka Feliciano Leandro Maciel Nascimento Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.95119260410	
CAPÍTULO 11	145
“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	
Caroline Magalhães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95119260411	
CAPÍTULO 12	157
DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP	
Sandra Cristina de Oliveira Leonardo de Barros Pinto Gessuir Pigatto	
DOI 10.22533/at.ed.95119260412	
CAPÍTULO 13	169
FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	
Bruna Dal Agnol Caliane C. O. de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.95119260413	
CAPÍTULO 14	185
FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL	
Bruna Medeiros Bolzani Fernando Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.95119260414	
CAPÍTULO 15	196
HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier Mariana Lautenschlager Spoladore Ana Paula Perfetto Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.95119260415	

CAPÍTULO 16	212
LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS	
Everton Luis Israel Ribas Vanessa, Steigleder Neubauer Rafael Vieira de Mello Lopes Fagner Cuozzo Pias	
DOI 10.22533/at.ed.95119260416	
CAPÍTULO 17	221
MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95119260417	
CAPÍTULO 18	236
O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO	
Carlos Roberto Santos Vieira Elaine Di Diego Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260418	
CAPÍTULO 19	243
PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU	
Franciely Chropacz Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov	
DOI 10.22533/at.ed.95119260419	
CAPÍTULO 20	249
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	
Vanessa Batista Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.95119260420	
CAPÍTULO 21	260
SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	
Guilherme Juliani de Carvalho Briza Gabriela Moreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.95119260421	
CAPÍTULO 22	271
TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS	
Magda Cibele Moraes Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95119260422	
CAPÍTULO 23	286
TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260423	

“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

Caroline Magalhães Lima

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Fortaleza – Ceará

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apontar elementos que contribuam com a reflexão sobre a utilização do neodesenvolvimentismo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para isso, realizou-se pesquisa de caráter bibliográfico para análise dos governos petistas, tendo como referência a contribuição de Iasi (2014), Castelo (2013), Secco (2012), Deo (2011), dentre outros. Observou-se que os governos petistas se apoiaram em três modelos ideo-políticos: o neoliberal, sua revisão configurada no social-liberalismo, assim como o neodesenvolvimentista, basilar para a implementação do PMCMV, direcionando o processo de reestruturação do espaço urbano brasileiro no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Reestruturação do espaço. Política social de habitação.

“ECONOMIC GROWTH” WITH “SOCIAL RESPONSIBILITY”: THE NEODESENVOLVIMENTIST STRATEGY AND THE PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

ABSTRACT: This article aims to understand the political and economical context of the implementation of Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A bibliographic research was carried out for the analysis of the PT's governments, taking as reference the contribution of Iasi (2014), Castelo (2013), Secco (2012), Deo (2011), among others. It was observed that these governments were based on three ideological-political models: the neoliberal, its revision configured in social-liberalism, as well as the neodevelopmentalist, under the discourse of “economic growth” with “social responsibility”, base for the implementation of the PMCMV, directing the process of the Brazilian restructuring of urban space in the analyzed period.

KEYWORDS: Neodesenvolvimentism. Restructuring of space. Social Policy of Housing.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o início do governo de Lula é delineado num processo de continuidades

e rupturas com o projeto neoliberal até então implementado. Não podemos afirmar que o governo Lula (PT) simplesmente deu continuidade ao programa de governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mas é inegável que elementos próprios ao neoliberalismo estiveram enraizados em seu primeiro mandato (IASI, 2012; DEO, 2011; SECCO, 2012) e que, pela própria processualidade da transição de governo, incorporou elementos da gestão anterior. Mais que isso, sua “continuidade” deve ser entendida a partir de uma totalidade, ou seja, seus determinantes estão para além de seu programa de governo em si, correspondem à processualidade histórica do padrão de acumulação de capital e da dinâmica da luta de classes. Por exemplo, segundo Deo (2011), o sucesso do primeiro mandato de Lula na presidência no cumprimento das metas apresentadas em seu programa de governo e na *Carta ao povo brasileiro* (de ampliar as exportações), tem como base medidas político-econômicas tomadas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, além das determinações que compunham o cenário internacional (DEO, 2011).

Partindo de uma análise que considere essa contextualização, entende-se que o capital atuante no país necessitava viabilizar saídas à sua crise. A reação burguesa, que buscava reestabelecer a taxa de lucros e uma elevação no padrão de acumulação de capitais em todo o mundo, se configurou como uma grande orquestra, cujo maestro capitalista se utilizava da política econômica nacional como apenas mais um instrumento em sua composição. Era imprescindível que a burguesia sobrepujasse a luta de classes, que as conquistas alcançadas pelos trabalhadores brasileiros fossem comprimidas e tudo isso deveria ser realizado de uma forma tal que estes não se apercebessem.

Era o momento da velha estratégia burguesa, apontada por Gramsci (2002), da *revolução passiva*, em que um dos movimentos é o de “renovação”, como apontada Coutinho (1999), em que frações da burguesia buscam atender certas demandas postas pelas “classes subalternas”, ao mesmo tempo em que procuram readquirir o consentimento para sua permanência no poder, garantindo sua legitimidade. É nesse contexto que, em primeiro de janeiro de 2003, toma posse na Presidência da República uma figura que representava, ainda que simbolicamente, um inimigo da burguesia: um proletário, sindicalista, de um partido que se dizia socialista, um partido dos trabalhadores.

2 | OS GOVERNOS PETISTAS E AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL

OPT abriu uma série de concessões para chegar ao poder: rebaixou seu programa, ampliou seu arco de alianças, realizou o que Mauro Iasi (2012) chama de “inflexão moderada”. Para garantir a governabilidade, aliou-se ao projeto de conciliação de classes, servindo diretamente à estratégia burguesa da revolução passiva, garantindo a não ruptura com as formas de relação de propriedade e com as relações sociais de

produção, dois dos determinantes fundamentais para a conformação do Estado.

Seguindo as orientações dadas por intelectuais orgânicos de frações da burguesia, dando continuidade aos compromissos firmados com o FMI pelo governo anterior, o primeiro mandato de Lula se caracterizou por manter o câmbio flutuante, seguindo as metas de controle inflacionário e continuando o ajuste fiscal (DEO, 2011) iniciado com a aplicação do Plano de Reestruturação do Aparelho de Estado (PRAE) do governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, seu primeiro mandato ampliou o investimento no setor de exportações, privilegiando as frações burguesas da indústria de base (nacional e estrangeira) e do agronegócio, que se somaram ao *bloco no poder*. Cabe ressaltar que, mesmo sendo privilegiadas, tais frações ainda não possuíam o mesmo grau de hegemonia na direção das políticas econômicas implementadas pelo governo Lula, que a fração burguesa do capital rentista-financeiro:

[...] durante o Governo Lula, as frações industriais e agrárias da burguesia ampliaram sua participação e influência na aliança política de sustentação de seu governo. Contudo, essa maior influência não nega a determinação hegemônica por parte do capital financeiro no bloco de poder dominante, mesmo porque, as frações da burguesia industrial e da burguesia agrária que conseguem ampliar sua participação passam a exercer também funções financeiras, pois suas atividades econômicas estão diretamente ligadas ao setor exportador. Tal fato foi possível devido à iniciativa da equipe econômica de Luís Inácio de dilatar o “prazo para cobertura cambial das exportações”, o que implicou ainda em uma ampliação da abertura financeira do país. Essa medida permite aos exportadores escolher o momento de internalizar suas receitas, aumentando assim “a volatilidade de capital e financeira do balanço de pagamentos”. As divisas geradas com as exportações passam a ingressar no país de acordo com os interesses dos exportadores, que podem agora explorar as taxas de juros externas. Ou seja, os setores exportadores passam a comparar as melhores taxas de juros – interna ou externa – e as expectativas cambiais, para introduzirem no mercado interno os recursos gerados pelas exportações, o que “aponta para o aprofundamento do processo de financeirização da economia”. Esse mecanismo proporciona uma forte aproximação entre os interesses dos setores exportadores e financeiros. Na verdade, passam “a ser um só” [...]. (DEO, 2011, p. 247-248).

Esse *bloco no poder* se caracterizou pela fusão de interesses de frações da burguesia em torno de uma estratégia de governo que confluiu no sentido da concretização da *revolução passiva*. “Era hora do neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica” (CASTELO, 2013a, p. 244).

[...] o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais. (CASTELO, 2013a, p. 244).

Tais elementos constituem o ajuste social-liberal, proposto por intelectuais orgânicos da burguesia, sob inspiração de ideais propalados pelo próprio Banco Mundial, e de intelectuais como Anthony Giddens, Alain Touraine, Amartya Sen, Dani Rodrik, Jeffrey Sachs, John Williamson, Joseph Stiglitz, Pierre Rosavallon, além dos brasileiros: André Urani, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques,

Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, no qual o Estado teria um papel de interventor sobre as expressões da “questão social”, no que tange aos aspectos políticos, humanitários e ecológicos (CASTELO, 2013a).

Haveria então, um discurso de instauração da justiça social através do “sincretismo” entre Estado e mercado, “Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais” (CASTELO, 2013a, p. 248), demarcando o social-liberalismo.

Em linhas gerais, o social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção de riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio. (CASTELO, 2013b, p. 121-122).

Ora, esse era o mote da proposta de governo de Lula em seu primeiro mandato: desenvolvimento econômico com redistribuição de renda. O revisionismo neoliberal, que gerou tais propostas, se apresentava nos programas de governo daquele primeiro mandato, demonstrando seu alinhamento direto com documentos elaborados por agências internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Ressaltavam-se temáticas centrais para a ideologia social-liberal tais como a “equidade social”, “desenvolvimento sustentável” e a “participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos” (CASTELO, 2013a, p. 253). Porém, não se trata de afirmar que o *transformismo* petista se deu baseado em aspectos meramente políticos, em voluntarismos. É preciso entender sua essência a partir de uma base concreta, do real, em que as transformações no mundo do trabalho gestariam um processo de flexibilização e precarização, as crises financeiras assumiriam alcance mundial e as lutas de resistência ao projeto neoliberal, que vinham sendo travadas desde o final dos anos 1980, produzindo uma crise de legitimidade da política e do Estado, geraram um período de crises conjunturais (CASTELO, 2013a; 2013b), que impetravam uma reação burguesa, orquestrada pela fração rentista-financeira, um transformismo também da própria “classe dirigente”. Coube ao partido no poder acompanhar este processo, remoldar-se a essa conjuntura.

Reconhecia-se ser imperativo o atendimento às necessidades sociais da população, transformadas em demandas a serem respondidas pelo Estado de forma a conter as expressões da “questão social” que mais podiam acirrar o cenário da luta de classes, buscando garantir a hegemonia burguesa. Era preciso, ao projeto de restauração burguesa, a criação de um consenso, que se casasse à construção de uma estratégia que permitisse o atendimento às suas necessidades, conciliadas às necessidades sociais postas. Tal consenso foi alcançado ainda no primeiro governo.

Consenso que não é “genérico e vago”, resumido ao momento eleitoral, mas que garante a governabilidade: “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2011, p. 267).

O PT era o agente político cabível ao projeto restaurador burguês. A partir dele seria possível a construção da conciliação para a manutenção do padrão de acumulação de capital, que se utilizava, inclusive, das políticas sociais sob orientação social-liberal, através da apropriação, direta ou indireta, dos recursos do fundo público alocados para sua expansão.

A problemática central do social-liberalismo – preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois, ao mesmo tempo em que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa. (CASTELO, 2013a, p. 258).

A “estratégia da pinça”, ligada ao Projeto Democrático-Popular adotada pelo PT ainda nos anos 1980, se casava ao projeto conciliatório da *revolução passiva*, a fim de garantir a legitimidade necessária à efetivação das demais estratégias burguesas para manutenção e ampliação da extração da mais valia no país. O social-liberalismo era a aliança cabível no plano ideopolítico. Ele sedimentou a cooptação de um partido de caráter social-democrata ao projeto do “novo reformismo-restaurador liberal” (CASTELO, 2013a, p. 274).

[...] O bloco histórico neoliberal sofreu abalos nos anos 1990, mas foi remodelado sobre velhas bases e uma nova roupagem: o que se vislumbra com as teorias do social-liberalismo é um projeto ideológico classista de retomada da supremacia neoliberal que ganhou impulso com o acoplamento de amplos setores da social-democracia e de ex-comunistas cooptados ao novo reformismo-restaurador liberal. O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de pontos da agenda neoliberal, e não na sua amenização. O que importa destacar é que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contraditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do mundo que fornece a argamassa da solidificação do presente bloco histórico. (CASTELO, 2013a, p.273-274).

Importante enfatizar que esse bloco histórico no poder não era monolítico. Continha sim frações diversificadas da classe burguesa, com projetos e estratégias que por vezes se complementavam, por vezes se confrontavam, evidenciando seu caráter contraditório. No próprio governo, surge um grupo que passa a defender uma proposta neodesenvolvimentista, inspirada naquilo que foi o desenvolvimentismo, porém, no movimento histórico contemporâneo, ou seja, buscava conciliar a política macroeconômica neoliberal com antigas políticas desenvolvimentistas (CASTELO, 2013a).

Segundo Amaral (2013), a proposta neodesenvolvimentista age diretamente sobre a organização do trabalho, com o discurso de um possível equilíbrio entre “o

dinamismo econômico e a igualdade social” (p. 01). Essa proposta se assentaria em conceitos como “oportunidades, capacidades individuais, equidade, sustentabilidade” (AMARAL, 2013, p. 01). Isso reforça a ideia consubstanciada no *empreendedorismo* e na perspectiva individualizante e desloca as contradições próprias à luta de classes “para o campo das possibilidades de melhor distribuição de riqueza gerada pela superexploração do trabalho e pelos recursos da natureza” (AMARAL, 2013, p. 01).

Trata-se, portanto, de um modelo econômico que supõe uma intervenção no campo das políticas sociais compensatórias, de que são exemplos os programas de transferência de renda instituídos em quase todos os países latino-americanos, os quais assumem a centralidade das políticas, em substituição ao direito ao trabalho. É exatamente esse movimento que tem conseguido formar uma cultura e uma ideologia que estimulam e referenciam as práticas de empreendedorismo, da economia solidária, do autoemprego, da empregabilidade como alternativas que se situam nos marcos de uma proposta inovadora para fazer face aos efeitos da destrutividade neoliberal e de um novo contexto, onde capital e trabalho não são incompatíveis. (AMARAL, 2013, p. 01).

A proposta neodesenvolvimentista predominava no discurso de alguns setores do governo Lula, que começavam a idealizar a execução de medidas que articulassem o “crescimento econômico” com a “responsabilidade social”, reforçando o processo de construção de um consenso entre capital e trabalho, não apenas através de propagandas midiáticas, mas também através dos Conselhos, de Ministérios (com destaque para o exemplo do Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário), de uma propaganda ideológica cujo fundamento era a base material, produtiva, adequada aos interesses de frações da burguesia nacional.

3 | A IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E A ESTRATÉGIA DE REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO

Dentre as frações da burguesia nacional que disputavam a direção dada às políticas implementadas pelo Estado, há um destaque para a da Indústria da Construção, altamente beneficiada por diversos programas e políticas implementadas durante os governos petistas. No que concerne ao governo Lula, a burguesia da Indústria da Construção participou ativamente de sua “agenda” política, sendo favorecida em três momentos diferentes: ainda no primeiro mandato, com o incentivo à produção habitacional, facilidades de crédito e segurança jurídica para o mercado imobiliário; no segundo mandato, com as obras de infraestruturas implementadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, que envolvia também, ainda que com menos aportes de recursos, projetos de moradia; e, no cenário de crise econômica mundial, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como medida anticrise (MARICATO, 2015), conforme anunciado por Lula em seu discurso de apresentação do programa, ou seja, cuja raiz se encontra no provimento de uma necessidade do capital - ainda que a partir de uma necessidade social real: a habitação.

Porém, é preciso entender o favorecimento do setor a partir de certa conjuntura, do complexo de complexos que se esconde sob a aparência do fenômeno. Sabe-se que com a crise política que emerge após as denúncias do “mensalão” (2005), diversos ministérios do governo Lula passaram por reestruturações, abrindo espaço para partidos aliados. A fim de garantir institucionalmente sua governabilidade, o PT buscou o “fortalecimento” do chamado *presidencialismo de coalizão*, forma de governo utilizada desde o período de FHC, e exponenciada nos governos petistas, que se deu

[...] pela formação de bases de apoio buscando alianças com as bancadas e seus líderes, tendo como moeda de troca a oferta de cargos no governo, aprovação de emendas orçamentárias visando atender aos *lobbies* que atuam por meio dos parlamentares, ou na liberação de recursos de formas lícitas e, como vimos, ilícitas (IASI, 2014, p. 55).

Exemplo disso está nas mudanças ocorridas no Ministério das Cidades. Este ministério sofre uma reestruturação, saindo Olívio Dutra (PT), e sua equipe técnica, entrando em cena Márcio Fontes, ministro oriundo do Partido Popular (PP) - partido conservador, herdeiro da ditadura civil-militar - que favoreceria setores da Indústria da Construção. Também é importante recordar que na Casa Civil saía José Dirceu e entrava Dilma Rousseff, ambos petistas, transformando o ministério num grande gestor do governo, “passando a comandar politicamente a área de habitação e infraestrutura urbana” (ROLNIK, 2015, p. 299).

Já se sabe que naquela conjuntura houve um incentivo ao consumo por parte de políticas desenvolvidas nos governos petistas, com a implementação de programas como o Bolsa Família, além do aumento no salário mínimo, liberação de crédito, isenção de impostos em bens de consumo duráveis, e de uma forte campanha de aquisição de imóveis, como foi o PMCMV. Tal contexto, que possui elementos para além dos citados, levou à reeleição do Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de Dilma Rousseff.

Segundo Rolnik (2015), o PMCMV “[...] representou a medida mais importante, nesse sentido, do primeiro mandato de Dilma Rousseff.” (p. 299). Tal programa se destaca no horizonte de mais uma conciliação de necessidades sociais e necessidades do capital, também na direção do projeto neodesenvolvimentista. Foram implementadas políticas públicas que visavam o “desenvolvimento”, a elevação dos empregos (formais ou informais), e o estímulo à produção e ao consumo, atendendo interesses da burguesia que repercutiriam “positivamente” para os próprios trabalhadores, vistos como cidadãos-consumidores, aprofundando o processo de apassivamento da classe trabalhadora (IASI, 2014).

Segundo Lincoln Secco (2012, p. 242-243):

Nos seus primeiros pronunciamentos, a presidente eleita Dilma Rousseff declarou-se preocupada com a guerra cambial no mundo e o risco de desindustrialização e falou explicitamente em tornar a taxa de juros interna mais ou menos compatível com a externa. Dessa forma, a indústria brasileira gozaria de um câmbio ‘civilizado’. Mas em janeiro de 2011 ela anunciou um ‘pacote’ de medidas para cortar os gastos públicos e teve que enfrentar sua primeira batalha no Congresso Nacional defendendo um salário mínimo menor do que queriam as centrais sindicais.

A recuperação do PT foi decorrência de três fatores:

1. A economia internacional teve uma crise [...], mas a forma de inserção do Brasil no mercado mundial contava com dois fatores (interno e externo): a demanda chinesa de commodities e o mercado interno de massas. Ambos articulados.
2. A história do PT lhe granjeou apoio que o credenciou a receber os novos contingentes de eleitores mais pobres, sem que o partido perdesse respaldo de parte expressiva dos eleitores do sul e sudeste.
3. A bolsa família foi um programa de transferência de dinheiro a mães de família de baixa renda com filhos na escola. Mas ela associou-se à recuperação do salário mínimo, à extensão de luz elétrica para áreas desassistidas, habitação popular e outras medidas sociais que ajudavam a estimular a demanda interna.

Ainda assim, a vitória eleitoral vinha acompanhada de uma “desconfiança” e fortes críticas realizadas pelos aparelhos midiáticos, de denúncias de corrupção que se avolumavam e com episódios de greves, que se alastraram por 2012, culminando em grandes manifestações de massa em 2013 e 2014. Vivia-se um ascenso de lutas? Seria o fim do apassivamento? Mauro Iasi (2014) afirma que “[...] as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção [...] se expressam em conjunturas que ora revelam nitidamente essa contradição, ora a ocultam e a disfarçam sob o manto da harmonia” (p. 51). Segundo o autor (2014), os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma eram ilusoriamente apontados pelo núcleo dirigente do PT como bem-sucedidos devido ao modelo de governabilidade baseado na democracia de cooptação e no apassivamento, que garantiam a segurança e estabilidade, necessários à continuidade do partido no poder. Mesmo com os grandes movimentos de massa que ocorreram na história recente do país, o apassivamento da classe trabalhadora continuava vigorando, operado pelo transformismo (IASI, 2014). Houve sim um ascenso de lutas sociais. Porém, este não foi acompanhado de uma elevação do nível de consciência da classe trabalhadora, de sua compreensão enquanto *classe para si*, devido ao próprio apassivamento.

Esse apassivamento, é bom que se diga, não significa ausência de lutas, como prova o crescimento do número de greves e a resistência de várias categorias de trabalhadores, como a construção civil, funcionários públicos, professores de ensino público federal, garis, rodoviários e outros. No entanto, essas lutas expressavam uma resistência diante de uma hegemonia soldada por um pacto de classes entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que impunha os termos de uma democracia de cooptação, isto é, a busca de adesão das camadas proletárias e das massas urbanas e rurais à ordem burguesa, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços. (IASI, 2014, p. 51).

As Jornadas de Junho de 2013, que apresentaram ampla adesão de camadas da classe trabalhadora e da pequena burguesia, não se explicam apenas na luta contra o aumento no preço das passagens de ônibus, sequer podem ser justificados como uma revolta contra o PT, que ainda possuía forte aprovação (IASI, 2014). E o

que justifica a ascensão das lutas sociais, notadamente em 2013? A resposta pode ser encontrada na análise das contradições existentes na própria conjuntura de então: “[...] as manifestações em si mesmas são uma reação às contradições que germinavam, não sendo expressão da intencionalidade política de um ou outro grupo, organização ou quem busca se apresentar como ‘não organizado’” (IASI, 2014, p. 59). Diversos grupos políticos e a própria mídia, buscaram capturar e/ou direcionar pautas reivindicatórias da grande massa presente nas ruas, apontando denúncias contra as obras da Copa, a corrupção envolvendo políticos, empresas estatais e da Indústria da Construção – caso da Delta, OAS, Odebrecht, etc. – além, das desigualdades entre os investimentos em Megaeventos e em educação, saúde, moradia, dentre outros direitos sociais.

Ainda assim, o petismo governista pouco deu ouvidos às manifestações e as reprimiu com truculência. Implementou projetos de emendas constitucionais (PEC) e (contra)reformas demandadas pelo capital. Seguiu o receituário requisitado, mas elevou também as verbas para as políticas sociais. Exemplo disso ocorreu com o PMCMV, que foi ampliado nos mandatos de Dilma Rousseff. Tal programa confluiu no processo de reestruturação do espaço nas cidades brasileiras. Tal reestruturação parte de uma articulação entre governos (nos níveis federal, estadual e municipal), agências internacionais de capital financeiro (com destaque para o Banco Mundial), uma parcela da indústria de bens de produção (indústrias de cimento, porcelanatos, enfim, materiais de construção em geral), a indústria da construção nacional (civil e pesada) e diversos outros agentes da burguesia.

A reestruturação planejada do espaço nas cidades brasileiras cresceu em meados dos anos 2000, e observa-se uma forte ação do capital financeiro sobre a terra urbana, além da criação de grande número de postos de trabalho no setor da Indústria da Construção, e de contratações de empresas privadas para a execução de obras públicas. Ou seja, sustenta-se que o Estado adotou uma proposta neodesenvolvimentista, que implementou programas e políticas direcionadas à manutenção da acumulação de capital através, também, de modificações no espaço.

O espaço tem como um de seus determinantes o modelo produtivo. Sofre reestruturações, de acordo com as necessidades de cada fase histórica do modo de produção capitalista. Na medida em que se reproduz certo padrão de acumulação, ganha novas intervenções, configurações, necessidades, funcionalidades (LEFEBVRE, 2006). Daí as mudanças ocorridas no que tange à reestruturação do espaço, com a implementação de programas e projetos sob a orientação de caráter neodesenvolvimentista e/ou social-liberal no Brasil, visando alçar o país a um patamar superior na divisão internacional do trabalho.

As obras realizadas reestruturaram o espaço brasileiro, capitalizando-o. Ao elevar a extração da mais valia na terra urbana (consequentemente, um aumento da renda da terra), ampliou-se exponencialmente a segregação socioespacial. O que acabou por atingir diretamente aqueles que são os únicos capazes de valorizar a terra: os

trabalhadores (MARX, 1985).

Assim, a reestruturação do espaço urbano também deve ser entendida como uma estratégia partícipe do movimento de reprodução do capital (LEFEBVRE, 2006). Tal estratégia confluiu com a realização de dois propósitos que fundamentam o neodesenvolvimentismo: “o crescimento econômico” – exemplificado pela maior produção na Indústria da Construção e pelo incremento da produtividade – “com compromisso social” – geração de postos de trabalho e produção de habitação de interesse social, por exemplo.

O Estado investiu na Indústria da Construção por se tratar de um setor cuja produção contribui para a elevação da composição orgânica de capital, com máxima extração de mais valia em alguns casos. Logo, o “desenvolvimento” intensificou a produção nesse setor, principalmente nos governos petistas, pois além de ganhar alcance social via geração de empregos, revelou-se como uma medida anticrise que alcançou a legitimidade social necessária ao Estado e às frações burguesas que constituíam o bloco no poder.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário de crise política, econômica e social pelo qual o Brasil passava, decorrente das repercussões da crise internacional que se inicia com a crise do *real state* norte-americano de 2008, houve um forte ataque ao segundo mandato de Dilma Rousseff, que se iniciava em 2015. A mídia corporativista burguesa, buscando a derrota do PT nas eleições de 2014, continuava a exercer pressão para que o segundo mandato de Dilma aplicasse os ajustes neoliberais “necessários à recuperação da economia”, recomendando-se a implementação de uma política de austeridade, marcada pela retirada de direitos, cortes nos gastos sociais e a reforma da previdência, dentre outras medidas, que não foram aplicadas naquele momento.

Cotidianamente se propagava na mídia episódios de corrupção envolvendo o PT e a fração da Indústria da Construção nacional, que se enfraquecia política e economicamente, apresentando quedas no PIB em 2014, 2015 e 2016 (CBIC, 2017). Tais denúncias, culminaram nas manifestações dos “verde e amarelo”, puxadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelo Movimento Brasil Livre (MBL), dentre outras organizações da direita brasileira, que ecoavam um grito: “Fora PT!”.

A base social que prestava apoio ao governo iniciou um processo de organização para o combate às medidas de austeridade, com pressões diretas ao partido e ao governo, além do chamamento feito por movimentos sociais para jornadas de luta, a exemplo da Jornada Nacional da Resistência Urbana, realizada em 2015, que exigia do governo Dilma a retomada de contratações e o lançamento do PMCMV 3 com o protagonismo dos movimentos sociais. Mais uma vez, e agora, no desespero, o governo petista procurou a conciliação como uma das alternativas para a crise: se reuniu com movimentos sociais de luta por moradia, prometendo fortalecer a

modalidade Entidades, e prometeu investir na Indústria da Construção, que passava por uma forte crise, repercutindo no índice de desemprego, na queda do PIB e do valor de suas ações na Bovespa.

A solução vislumbrada seria “investir” R\$ 230 bilhões no PMCMV 3, girando a economia, diminuindo o índice de desemprego, ganhando apoio social e legitimidade, amenizando, de alguma forma a crise. Ainda assim, o governo não se sustentou. Sua queda, sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal, nada mais é do que a reação de frações da burguesia do bloco no poder, que disputavam a direção do Estado, no sentido de retomada do neoliberalismo, como resposta a mais uma etapa da crise.

Se com o PMCMV a classe trabalhadora empobrecida foi beneficiada pela venda subsidiada ou por financiamento público de uma unidade habitacional que atendia ao “sonho da casa própria”, mais beneficiada foi a fração burguesa da Indústria da Construção e o setor financeiro, que obtiveram seus lucros a partir da captura de parte do fundo público e do processo de produção do espaço pautado em uma lógica neodesenvolvimentista, isto é, a partir das relações de propriedade capitalistas sob uma estratégia burguesa que visa a ampliação da exploração da classe trabalhadora, única produtora da riqueza social.

O que diferencia a ideologia neoliberal da ideologia neodesenvolvimentista, implementada na produção do espaço pelos governos petistas pode ser sintetizada em seu caráter conciliador, onde o Estado tentava conquistar a fração burguesa da Indústria da Construção, investindo grandes parcelas do fundo público nesta e ganhando seu apoio para manter-se na direção; além de buscar ganhar “mentes e corações” de frações da classe trabalhadora, apoiando-se na “ideologia da casa própria”, no discurso de *enfrentamento ao déficit habitacional*, na “glorificação” da ascensão social, do consumo pelo crédito e do empreendedorismo, ao mesmo tempo em que reforçava a cultura do individualismo, da ostentação, da concorrência, próprio ao movimento de restauração burguesa, cujas consequências podem ser reconhecidas no cenário atual, seja pelo movimento da consciência da classe trabalhadora, reificada em alto grau, vivenciando um alto índice de desemprego (um dos maiores da história do país), além da implementação de políticas de grande austeridade econômica, regidas pela estratégia neoliberal, com (contra)reformas que retiram direitos historicamente conquistados (como as contrarreformas trabalhista, sindical e da previdência), com o corte orçamentário voltado a direitos sociais (assistência social, educação básica pública, saúde pública, habitação social etc.), dentre outros elementos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do. Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. In: **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Santiago: ALAS, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. 11º Balanço Completo do PAC 2 - 4 anos (2011-2014). 2014. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013a. 400p.

_____. O canto da sereia. In: **Revista em Pauta**. 1º semestre de 2013, n. 31, v. 11. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013b. p. 119-138.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEO, Anderson. **A consolidação da social-democracia no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Estado e Sociedade Civil. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 267-290.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, Mauro Luís. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 50-67.

_____. **Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte, 2006. (mimeo).

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro III, vol. 2. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. 3º ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-295-1



9 788572 472951